

PGGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 45

Abril - 2013

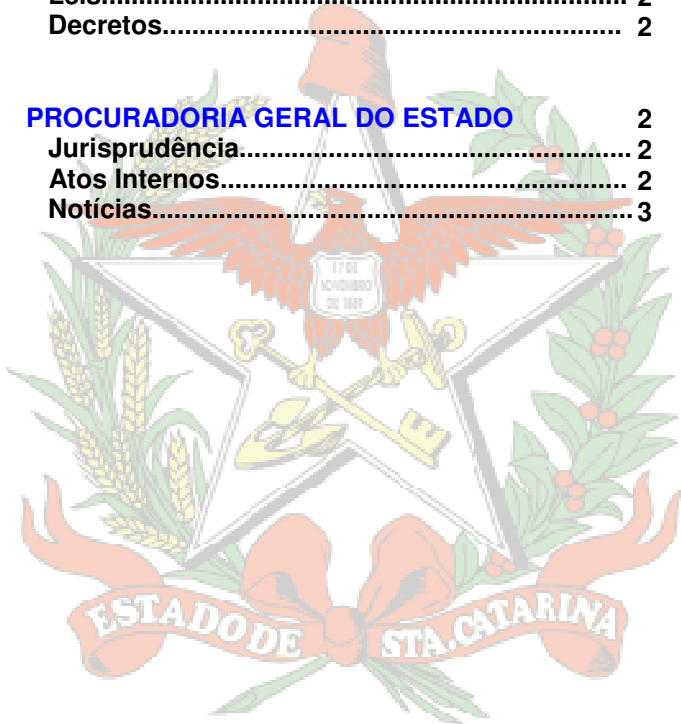
SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 2

Jurisprudência.....	2
Atos Internos.....	2
Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

**PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO**
João dos Passos Martins Neto

**SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO**
Antonio Fernando Athayde Jr.

LEGISLAÇÃO

ESTADUAL

Leis

LEI COMPLEMENTAR Nº 592, de 20 de março de 2013

Modifica o valor de vencimento dos membros do Magistério Público Estadual, ativos e inativos, e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 593, de 25 de março de 2013

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica.

LEI Nº 15.977, de 20 de março de 2013

Altera a Lei nº 15.855, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

LEI Nº 15.978, de 25 de março de 2013

Altera a Lei nº 15.390, de 2010, que institui o benefício assistencial de caráter financeiro nos casos de gestação múltipla e estabelece outras providências.

Decretos

DECRETO Nº 1.414, de 1º de março de 2013

Estabelece normas e diretrizes para a elaboração, redação e alteração dos atos normativos de que trata a Lei Complementar nº 589, de 18 de janeiro de 2013.

DECRETO Nº 1.415, de 1º de março de 2013

Cria a Comissão Estadual da Verdade (CEV) Paulo Stuart Wright e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.425, de 11 de março de 2013

Autoriza a Secretaria de Estado da Saúde (SES) a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) nos casos em que especifica.

DECRETO Nº 1.426, de 11 de março de 2013

Estabelece o valor do auxílio mensal, de natureza indenizatória, aos agentes temporários de serviços administrativos, nos termos do inciso II do art. 8º da Lei Complementar nº 302, de 28 de outubro de 2005.

DECRETO Nº 1.428, de 11 de março de 2013

Institui, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), o Programa Economia Verde Solidária.

DECRETO Nº 1.431, de 15 de março de 2013

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 1.045, de 2012, que dispõe sobre a aprovação para a aquisição de materiais, contratação de serviços e obras, alteração de contratos e instrumentos congêneres, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo, nos casos que menciona, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.451, de 20 de março de 2013

Altera, acrescenta e revoga dispositivos do Anexo Único do Decreto nº 1.323, de 2012, que aprova a Classificação da Despesa Pública para o Estado de Santa Catarina.

DECRETO Nº 1.454, de 21 de março de 2013

Acresce dispositivo ao Anexo I ao Decreto nº 2.617, de 2009, que aprova o Regulamento Geral para Contratação de Materiais, Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, no âmbito do Sistema administrativo de Gestão de Materiais e Serviços (SAGMS) e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.455, de 25 de março de 2013

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 105, de 2007, que regulamenta a Lei nº 13.992, de 2007, que institui o Programa Pró-Emprego.

DECRETO Nº 1.463, de 26 de março de 2013

Acrescenta cargo ao Anexo I do Decreto nº 1.127, de 2008, que dispõe sobre a concessão e pagamento de diárias no âmbito da administração direta, autarquias e fundações do Poder Executivo Estadual, pelo deslocamento temporário da localidade onde tem exercício e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 1.464, de 26 de março de 2013

Dispõe sobre a remissão de Certidões de Dívida Ativa.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

JURISPRUDÊNCIA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.291.206 - SC (2011/0269236-3)

Relator: Ministro Humberto Martins

Agravante: Estado de Santa Catarina

Procurador: Fernando Alves Filgueiras da Silva e outro(s)

Publicação: 26 de março de 2013

Ementa: Administrativo. Processual Civil. Juízo de retratação. Afastamento da Súmula 126/STJ. Acórdão com fundamento infraconstitucional. Art. 43 do CTN. Incidência do Imposto de Renda sobre o abono de permanência. Caráter remuneratório. Jurisprudência Pacificada. Recurso Repetitivo. Resp 1192556/PE. Reconsideração da decisão agravada. Recurso especial provido em parte.

ATOS INTERNOS

PORTARIA PGE/GAB Nº 07, de 27 de fevereiro de 2013

Designa Procurador do Estado para exercer suas atribuições funcionais junto ao Gabinete do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, a fim de prestar assessoria e consultoria jurídica, no período de 1º de março de 2013 a 1º de fevereiro de 2014.

PARECER Nº 0058/2013

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda.

Autor: Francisco Guilherme Laske

Ementa: Servidora integrante do magistério público estadual convocada para ter exercício junto à Secretaria Executiva de Articulação Nacional com remuneração e vantagens do cargo de origem, nos termos do art. 187, da LC 381/07. Impossibilidade, não obstante, de percepção da Gratificação de Regência de Classe, instituída pela Lei nº 1.139/92 apenas para professores em efetiva regência de classe. Conflito entre normas que se resolve a partir da utilização do critério da especialidade, com a aplicação da Lei anterior especial, em detrimento da Lei posterior geral. Gratificação de Desempenho de Atividade Especial prevista no art. 49, par. único, da LC 187/07, para os servidores postos à disposição da Secretaria

Executiva de Articulação Nacional. Direito da servidora à percepção da benesse, ainda que convocada para exercer suas atribuições perante a S.A.N. Ausência de distinção substancial entre os institutos da disposição e da convocação. Precedente. Parecer nº PGE 09/12.

NOTÍCIAS

Homologado concurso para defensor público de Santa Catarina

O resultado do primeiro concurso para defensor público de Santa Catarina foi homologado em 15 de março, na sede da Procuradoria Geral do Estado (PGE), em Florianópolis. O edital do concurso prevê 60 vagas de defensor público em todo o Estado. A solenidade contou com a presença do defensor público-geral Ivan Ranzolin e do procurador-geral do Estado, João dos Passos Martins Neto.

O concurso, que foi organizado pela Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (Fepese) e coordenado pela PGE, teve seu edital lançado em outubro. Os 4 mil inscritos fizeram a primeira prova, objetiva, em novembro. Na sequência aconteceram as provas dissertativas, oral e de títulos, que resultou na aprovação de 157 candidatos.